



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Respostas à crítica da História da Expansão Portuguesa, coord. de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Vol. 1 (1415-1570). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998

Francisco Bethencourt , Diogo Ramada Curto 

Como Citar | How to Cite

Bethencourt, Francisco & Curto, Diogo Ramada. 2001. «Respostas à crítica da História da Expansão Portuguesa, coord. de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Vol. 1 (1415-1570). Lisboa: Círculo de Leitores, 1998». *Anais de História de Além-Mar* II: 481-489. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46964>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

- iv) Também no «Glossário» se registam formas pouco apropriadas de definição, como:
- p. 203, «Bandara / Bandarra — Príncipe ou filho de nobre, especialmente em Ceilão», quando, no texto, não há uma única situação em que o vocábulo apareça com o sentido que lhe é dado. As muitas ocorrências do termo na Segunda parte do *Tratado* remetem para o cargo de ministro principal dos soberanos malaio, no contexto narrativo dos sucessos dos quatro dos filhos de Vasco da Gama que foram capitães de Malaca. Manifestamente, os editores confundiram este cargo que, nos textos portugueses da época, também aparece sob a forma «Bendara», com o título «Bandar» / «Pandar» posposto a alguns nomes próprios em Ceilão.
 - p. 205, «Naires – **Arborígenes** do sudoeste da Índia».

Em conclusão, as observações e reparos feitos não põem em causa o mérito da iniciativa de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos que, reconhecemos, desenterraram dos arquivos em que estava esquecida uma obra que bem merecia ser publicada, tornando-a acessível a um público mais lato.

Mas, como julgamos ter provado, cada texto é um caso e as estratégias de publicação a adoptar devem assentar no estudo prévio desse caso. Os apontamentos que alinhámos nesta recensão crítica, se esse aproveitamento não vierem a ter, terão, pelo menos, o de alertar os investigadores para os cuidados a ter na utilização do texto ora publicado do *Tratado dos Gama* como fonte narrativa.

M. AUGUSTA LIMA CRUZ
Universidade do Minho

Respostas à crítica da *História da Expansão Portuguesa*, coord. de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Vol. 1 (1415-1570), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Respondo à crítica da *História da Expansão Portuguesa*, publicada no 1.º número da revista *Anais do Centro de Estudos de História do Além-Mar*, por uma questão de respeito pelos leitores desprevenidos: poderiam ser levados a acreditar que a obra foi feita por amadores desleixados, como pretende o recensor, num exercício sistemático de desvalorização e má fé. Começamos pelas questões de fundo para depois irmos ao pormenor.

1. Sentido geral da obra. Não é referido. Existe um problema de fundo, como é que o império português se perpetuou ao longo do tempo, de 1415 a 1975, assumindo diferentes configurações e deslocando sucessivamente os eixos de intervenção territorial. Existem várias respostas desenvolvidas ao longo da obra, que relevam da cultura organizacional, das práticas económicas, do posicionamento dos portugueses nas redes de comércio intercontinentais que eles próprios ajudaram a construir, das características do relacionamento social com as comunidades locais, das práticas de missão e enquadramento religioso, do intercâmbio linguístico, da cultura literária e visual. Existem diversas abordagens cruzadas, que transbordam o quadro político das estruturas do império para contemplar a diáspora portuguesa em todas as suas dimensões. Mas para isso seria necessário ler não só o 1.º volume, mas os restantes quatro. A perspectiva subjacente a toda a obra é que os problemas de fundo só podem ser compreendidos na média e longa duração, reconstituindo as relações existentes entre as diversas regiões do mundo. Daí termos construído um esquema geral da obra, convidando investigadores a escrever partes consecutivas nos primeiros três volumes ou nos dois últimos: recusámos a manta de retalhos de uma história da expansão com distribuição da coordenação de cada

volume a um pesquisador diferente, bem como numerosas contribuições necessariamente pulverizadas e contraditórias. Um historiador habituado à miopia da curta duração e aos cortes académicos arbitrários entre regiões – continuam a ser publicadas obras sobre a História da Expansão Portuguesa separadas artificialmente por continentes – naturalmente que não consegue aceder a uma visão abrangente. Para além disso dá trabalho: se a crítica do 1.º volume só foi publicada ao fim de três anos, teríamos que esperar mais doze pelas críticas dos restantes volumes!

2. Periodização. A crítica da cronologia dos volumes é reveladora de uma percepção da expansão portuguesa centrada no Estado da Índia e numa noção de «corte estrutural» que faria as delícias de qualquer estudioso da epistemologia histórica. Como já referi, o objectivo desta história da expansão era justamente de restabelecer as conexões entre as diversas regiões do império português artificialmente apagadas pela divisão do trabalho académico. Para além disso, tratava-se de reintroduzir uma perspectiva de longa duração. Neste contexto, a divisão dos volumes resulta sempre arbitrária, pois não existem datas cruciais, à excepção da conquista de fortalezas portuguesas no Oriente pelos holandeses nos anos de 1640 a 1663, da descoberta do ouro em Minas Gerais na última década do século XVII e da abertura dos portos brasileiros em 1808. Finalmente, as viragens «estruturais» não coincidem do ponto de vista económico, financeiro, político, demográfico e cultural. O ano de 1570 marca apenas de forma aproximativa a conjuntura de afirmação do complexo do Atlântico Sul, bem definida por Frédéric Mauro, a qual coincide com uma crise significativa, mas não decisiva, do Estado da Índia. Embora o Brasil se tenha transformado rapidamente no principal destino da corrente emigratória portuguesa, só nos finais do século XVII assumiria um peso significativo nas finanças da Coroa. O «corte estrutural (*sic*) na história da Índia portuguesa deve ser estabelecido no primeiro quartel do século XVII», afirma o recensor, revelando a incapacidade de aceder a uma visão relacional das várias partes do império. Aliás, a própria análise da crise do Estado da Índia no primeiro quartel do século XVII não é pacífica. Vários autores – começando por Charles Boxer e acabando em Sanjay Subrahmanyam – sustentam justamente que o Estado da Índia aguentou a crise com bons resultados até meados do século XVII. Nesse ponto estou de acordo com eles. Daí uma divisão flexível dos volumes, que permitisse considerar os problemas numa perspectiva de média e longa duração, ultrapassando naturalmente as datas definidas sempre que tal se impusesse.

3. Método. A aposta de construir uma visão de conjunto não é incompatível com uma história experimental, onde novos domínios de investigação são testados. Da mesma maneira, a perspectiva de longa duração não é incompatível com a análise do acontecimento ou da conjuntura, o grande quadro é animado pela história densa de estudos de caso. Este equilíbrio em permanente tensão deixa o recensor perplexo, talvez porque esteja habituado à história tradicional cronológica – marcada ainda hoje pelo quadro dos reinados –, em que se passa de um documento ao seguinte, fazendo carreirinhas de crochet, num procedimento rasteiro e acéfalo, dada a ausência de problemas. Aliás, é visível a incapacidade de analisar o conteúdo e as ideias dos capítulos, limita-se a protestar porque não foram citadas todas as fontes sobre cada assunto, como se os respectivos autores não as conhecessem. O mesmo acontece com as citações bibliográficas, enumera as vezes que os seus autores de referência foram citados, sem que as suas ideias tenham sido seguidas. A acusação de desconhecimento só pode ser irónica, pois basta fazer uma leitura superficial dos capítulos para se perceber que está em jogo uma perspectiva analítica e interpretativa radicalmente diferente. Há sempre falhas, mas praticamente toda a bibliografia publicada em Portugal e no estrangeiro até 1997 sobre os assuntos tratados foi utilizada na obra, daí resultando obviamente uma grande actualização. No fundo, trata-se de um problema de sociologia do campo científico, ou seja, de luta pela imposição de uma

visão de grupo. Era isso justamente que nós queríamos evitar, quando convidámos para fazer parte da equipa de autores Sanjay Subrahmanyam, Luiz Filipe Thomaz, Teodoro de Matos e Avelino Freitas de Meneses, os quais declinaram. Teria sido interessante fazer uma história ainda mais aberta a diferentes perspectivas, no respeito recíproco e com avaliação crítica dos caminhos trilhados.

4. Especialistas. Os coordenadores da obra são acusados de não ser especialistas da matéria. Porquê? Porque não partilham as ideias dos mestres do recensor! Pela minha parte, antes de publicar a *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália, séculos XV-XIX* tinha redigido pouquíssimos artigos nessa área. Não era um especialista! Em Fevereiro de 1995 fui convidado a fazer uma série de conferências nos Estados Unidos sobre a história da expansão portuguesa, tendo sido convidado pela Universidade de Brown para ensinar nessa área. Estive lá dois semestres inesquecíveis, não fiquei mais tempo devido a outros desafios profissionais. Enganaram-se, naturalmente, tanto os colegas que me convidaram como os estudantes que me avaliaram (faz falta esta prática em Portugal). Kirti Chaudhuri, o melhor historiador das culturas e das economias organizadas em torno do Oceano Índico, professor da cátedra Vasco da Gama em Florença nos anos de 1990, é desvalorizado na crítica de forma rancorosa (porquê?) e tacanha. Trata-se de um dos grandes historiadores do século xx, reconhecido internacionalmente, basta ver os números de revistas científicas consagrados ao seu trabalho. Os seus capítulos na *História da Expansão Portuguesa* permitem justamente reforçar a componente comparativa da obra. A ideia do terreno reservado ao especialista – é verdade, existem «otorrinos» que não percebem nada de outros domínios do corpo, nem convém que intervenham pois podem matar o doente – é reveladora de uma percepção radicalmente diferente do ofício de historiador. Estou contente com a equipa que fez a *História da Expansão Portuguesa* pois aí se misturaram, com vantagem, especialistas de grande visão, capazes de renovar os seus problemas, com uma nova geração que trouxe perspectivas arejadas, sem os vícios de quem nunca trabalhou sobre outros assuntos.

5. Luso-centrismo. A recensão, se não tem outras qualidades, constitui uma peça interessante de «contra-informação». Inverte de forma divertida a relação entre «antigos e modernos», bem como a geografia do campo historiográfico. Mas não me interessa uma perspectiva de «escolas»: eu próprio, depois de ter aprendido muito com Magalhães Godinho, optei por uma carreira autónoma, com doutoramento em Itália e períodos de ensino nos Estados Unidos e no Brasil. O ponto de partida pode ser muito ou pouco importante na vida académica, resulta patético situar os vários investigadores em função de querelas de «escola» com cinquenta anos. O que interessa é o que cada um é capaz de produzir, o que aprendeu ao longo do seu percurso, como afirmou a sua individualidade, quais as novas interpretações que propõe. Se um historiador se reclama sistematicamente de uma «escola» é porque não tem nada de novo a propor. Voltando à *História da Expansão Portuguesa*, se existiu algum *parti pris* foi justamente de evitar a visão luso-cêntrica e aceder a uma visão científica despida de preconceitos nacionalistas. Tentámos alcançar esse objectivo de duas maneiras: a) pela introdução de autores estrangeiros, dado o efeito imediato de descentramento; b) pela definição de conteúdos comparativos, onde sobressaíssem as interações locais e os contextos que condicionavam a acção dos portugueses. É curioso como o recensor reclama a reconstituição das políticas de expansão por reinados (extraordinária marca de modernidade!), sem se aperceber que as opções estratégicas cruzam diversos períodos e que as suas condições de possibilidade estão definidas pelos diferentes jogos de poder e relações de forças no terreno com os quais os portugueses se confrontavam.

6. Erros factuais. A falta de capacidade para discutir as ideias que são expostas na *História da Expansão Portuguesa* leva o recensor a refugiar-se no inventário miudinho

dos «lapsos» da obra – vice-rei por governador, governador por capitão e por aí adiante. Numa obra de 5 volumes com 550 páginas cada um em duas colunas é difícil fazer uma revisão eficaz de todo o texto. Estou de acordo que a erudição e o rigor são o suporte de qualquer argumentação. Infelizmente o problema está bastante mais difundido do que se pensa. Apenas no caso de Subrahmanyam, citado como exemplo a seguir pelo recensor, posso indicar alguns erros de monta: «o rei D. Manuel conseguiu que o papa o nomeasse Mestres destas três ordens [Cristo, Avis e Santiago]» (*O império asiático português*, p. 49), «a Inquisição parece ter sido influenciada e orientada não pelos jesuítas mas pelos seus rivais dominicanos» (*ibidem*, p. 118), «a proposta de casamento da viúva de D. Afonso VI» (*ibidem*, p. 378), «comprising eight cantos, the *Lusíadas*» (*The career and legend of Vasco da Gama*, p. 155), «Bandarra (...) exécuté en 1545 comme judaïsant» («Du Tage au Gange au XVIe siècle», *Annales, ESC*, Jan-Fév. 2001, p. 80). O próprio recensor consegue cometer um lapso e um erro apenas em dez páginas de texto, quando indica a referência incorrecta ao reino de Daquem na p. 397 em lugar da p. 327 ou quando atribui a Pierre Léon o conceito de «descompartimentação do mundo», quando a noção, mais exactamente de «désenclavement du monde» – convém ler o original – foi «cunhada» por Pierre Chaunu.

7. Ética. Quando cheguei ao Centro Cultural Calouste Gulbenkian de Paris em Janeiro de 1999 deparei com uma acumulação de promessas de edição com vários anos de atraso. Fui obrigado a definir uma política editorial clara, centrada na publicação de estudos inéditos sobre a cultura portuguesa em língua francesa e em recolhas de artigos de autores consagrados em francês ou noutras línguas que não o português. Pareceu-me que não fazia sentido editar em português em Paris. Tinha três casos de recolhas de artigos portugueses para serem publicadas, comuniquei aos autores os critérios definidos. Dois dos autores compreenderam perfeitamente a situação, o terceiro respondeu-me com insultos. Este último é justamente do autor da recensão. É da mais elementar deontologia profissional não fazer recensões das obras dos autores com os quais se entrou em conflito. Não existe isenção possível, a tentação de tirar desforço é evidente. Deixo à consideração do leitor as conclusões a tirar de tudo isto.

FRANCISCO BETHENCOURT
Fundação Calouste Gulbenkian, Paris

Numa recensão ao primeiro volume da *História da Expansão Portuguesa*, João Paulo Oliveira e Costa acusa-me de incorrer em três faltas: de não pertencer ao grupo de «verdadeiros especialistas» da área que reivindica como sua e, por isso mesmo, de incorrer em «imprecisões, erros e lacunas»; de, ao tratar a expansão da língua, oferecer «um dos casos paradigmáticos do luso-centrismo desta obra», ou seja, de manifestar «desinteresse pelos povos locais»; e de encontrar nos meus capítulos «um domínio imperfeito do processo global da história da expansão», afirmação que justifica com dois exemplos¹. Uma vez que um dos editores da obra, Francisco Bethencourt, responde globalmente a esta mesma recensão crítica, pronunciar-me-ei apenas sobre a parte que me diz respeito.

A primeira denúncia de que sou alvo, relativa ao facto de não poder ser considerado um «verdadeiro especialista», parece-me destituída de sentido e em nada me atinge. Oliveira e Costa não tem legitimidade, ou seja, não tem capacidade para fazer reconhecer

¹ *Anais de História de Além-Mar*, vol. I (2000), pp. 457-467.

os seus juízos fora de uma esfera corporativa que toma como sua. E, ao procurar excluir da sua área de interesses de investigação histórica autores que não conhece, revela mais as suas inseguranças de principiante em busca de argumentos de autoridade, do que a lúcida serenidade necessária para poder avaliar o trabalho dos outros. As operações de demarcação de um campo fundadas na exclusão dos que são considerados não especialistas constituem um processo bem estudado do ponto de vista histórico, sociológico e psicológico. Ora, a agressividade que Oliveira e Costa revela, ao procurar aceder a esta forma de distinção, quando diferencia os nomes dos que são especialistas daqueles que o não são, merece uma reflexão atenta. É que me parece que existe uma relação directa entre a defesa dos interesses corporativos, a manifesta agressividade a que recorre, e a insegurança do jovem investigador em princípio de carreira. Ufano em mostrar serviço, Oliveira e Costa funda a sua crítica numa distinção social e profissional que revela mais acerca dele próprio do que do campo de investigadores que toma por objecto.

Se existem razões pessoais para a decisão tomada por Oliveira e Costa em chamar a si esta tarefa, haverá também que explicá-la no contexto mais largo das relações de colaboração e nas alianças que o mesmo documenta em notas de rodapé. Neste sentido, não há dúvida que a mesma recensão poderá ser apresentada como um «caso paradigmático» dos riscos que corre em Portugal a investigação no domínio da história da expansão europeia². Aliás, a ingenuidade com que Oliveira e Costa se refere aos «verdadeiros especialistas» mostra a sua incapacidade para reflectir acerca do lugar a partir do qual escreve. Por isso, não me parece que lhe possam ser atribuídas responsabilidades acerca de um processo que cava mais fundo e cujas principais razões necessitam de ser esclarecidas.

Não sendo este o lugar indicado para explicitar o sentido desse mesmo processo, limito-me a indicar sumariamente três dos seus aspectos principais. Antes de mais, parece-me que, em Portugal, desde o início dos anos 90, a institucionalização universitária da história da expansão se confunde com a esfera de actuação de um grupo, que exerce sucessivas operações de exclusão, em defesa de uma lógica de protecção clientelar. A extraordinária homogeneidade de ideias e de agendas de investigação conduziu à reprodução de modelos pré-construídos. Em segundo lugar, esta mesma institucionalização académica foi acompanhada de uma apropriação, por parte do mesmo grupo, de velhas e novas instituições de pesquisa, as quais proporcionam uma multiplicação de lugares ao serviço de uma máquina de reprodução de teses e de uma clientela. A estrutura piramidal desta operação de monopolização, baseada na universidade e em institutos, tem fomentado o equívoco entre uma aparente institucionalização académica e uma real lógica clientelar. Finalmente, o comportamento provinciano deste mesmo grupo com uma aspiração ao monopólio das verdades (ou de «verdadeiros especialistas») é coberto por uma capa, uma espécie de verniz barato, de internacionalização³. A pseudo-autoridade de que se sentem investidos os que entre si se relacionam em vaso fechado corre o risco de criar a ilusão de que o direito a pronunciar-se sobre o passado é monopólio de um grupo.

Se fosse possível manter em vaso fechado os mecanismos de reprodução desta lógica piramidal de reprodução clientelar, nem sequer seria necessário escrever recensões como a exemplificada por Oliveira e Costa. Contudo, a riqueza de uma área de investigação também pode ser avaliada pela diversidade de perspectivas e pelo real debate crítico (onde as ideias, e não os argumentos de autoridade, deverão ser alvo de discussão). Por todas

² Todas as citações assinaladas no texto com aspas remetem para a recensão crítica de Oliveira e Costa.

³ Não é, com certeza, por acaso que Sanjay Subrahmanyam, também ele discípulo de Jean Aubin, recorre ao mesmo tipo de agressividade nos ataques que profere relativamente ao livro que dirige, *O Tempo de Vasco da Gama* (Lisboa, Difel, 1998), em artigo publicado no início deste ano na revista *Annales* (ao qual também respondi).

estas razões, será necessário ir mais fundo e procurar explicar quais as razões para a agressividade manifestada por Oliveira e Costa: insegurança, respeito por uma hierarquia clientelar, incapacidade de conservar como se se tratasse de um vaso fechado o único sistema que se considera «verdadeiro».

*

Para além das acusações pessoais, cujo sentido procuro entender no âmbito de uma sociologia do conhecimento histórico, vejamos as críticas concretas acerca dos meus argumentos. Ora, é aqui que se me depara uma primeira contradição de Oliveira e Costa: para o autor da recensão, no meu capítulo sobre a língua, ofereço um dos exemplos por excelência de «luso-centrismo», porque não analiso «os casos em que a nossa língua influenciou os falares locais». Confesso não ter compreendido inicialmente esta evidente contradição, pois como é que se pode acusar alguém de ser luso-cêntrico e ao mesmo tempo de não atender à *influência* da língua portuguesa nos «falares locais»? Mas vale a pena continuar a citar o ponto de vista do autor, quando acrescenta, peremptoriamente, «a expansão da língua lusíada não se reduziu à sua adopção plena por alguns grupos; com efeito a sua influência atingiu todos os portos da Ásia, quando se tornou numa das suas línguas francas e inúmeros dos seus vocábulos entraram nas línguas locais, e perduraram até aos nossos dias, o mesmo sucedendo em muitas zonas de África». De facto, se tivesse que seleccionar um exemplo de um ponto de vista luso-cêntrico, não hesitaria em escolher este mesmo trecho, onde as noções de influência e de entrada da língua portuguesa subentendem uma concepção passiva das culturas e sociedades que os portugueses encontraram. À evidente contradição argumentativa junta-se, assim, uma espécie de superficialidade analítica. A minha única resposta é convidar Oliveira e Costa a reler a minha contribuição aos três primeiros volumes da *HEP*, para deste modo poder compreender melhor a complexidade das trocas linguísticas e pôr definitivamente de lado os argumentos luso-cêntricos. Verificará, então, que o meu trabalho de análise das diferentes mediações culturais, incluindo aquelas que acontecem no domínio da língua a partir do trabalho de agentes concretos, rompe definitivamente com as noções de influência e de entrada...

Oliveira e Costa terá, ainda, que ler alguns estudos clássicos, para não apresentar como suas ideias que não lhe pertencem e também para poder moderar o seu ímpeto luso-cêntrico. A este respeito, escrevi no volume II da mesma *HEP*: Alexander Hamilton, que viajou pelo Oriente desde 1688 até bem entrado o século XVIII, queixava-se de que, na impossibilidade de se fazer compreender em inglês e de aprender as numerosas línguas locais, era ao português que o viajante tinha de recorrer. E informava que «ao longo da costa, os portugueses tinham deixado como vestígio a sua língua, embora muito corrompida é esta a linguagem que muitos europeus aprendem primeiro, habilitando-os a conversar entre si, bem como com os diferentes habitantes da Índia»⁴. Outros viajantes europeus da época confirmam o testemunho de Hamilton, e David Lopes realizou, na sequência das investigações de Cunha Rivara e de Sebastião Dalgado, o estudo decisivo sobre a difusão e o uso do português no Oriente. Contudo, é preciso notar os limites que o autor da *Expansão da Língua portuguesa no Oriente* colocava a essa mesma difusão, ao escrever: «a influência do vocabulário português em línguas asiáticas é incontestável, mas o seu estudo está ainda incompleto e confuso. Tanto quanto se pode afirmar, essa acção foi muito de superfície, quer porque são línguas muito distantes do português, quer porque,

⁴ Alexander HAMILTON, *A New Account of the East-Indies... from the Year 1688, to 1723*, 2.^a ed., vol. I, Londres, 1739 (1.^a ed., 1727), pp. XIX-XX.

dada a grande área delas, a nossa só fez roçar a sua periferia e morreu desde que a causa – poder político – deixou de actuar [...]. Pode até dizer-se que elas influenciaram a nossa mais funda e intensamente»⁵.

*

A última denúncia de que sou alvo na recensão de Oliveira e Costa prende-se com «um domínio imperfeito do processo global de história da expansão». Preocupar-me-ia bastante com esta acusação, se o autor da recensão tivesse encontrado uma série de erros factuais grosseiros. Mas estaria pronto a rever fosse o que fosse, se algo de pertinente me tivesse sido demonstrado. Para além disso, tenho consciência de que terei incorrido nalgumas falhas (por exemplo, na minha contribuição ao vol. III, identifiquei dois sócios correspondentes da Real Academia das Ciências de Lisboa como sendo um só). Mas o que mais me preocupa é que, depois de se ter colocado pomposamente na posição do crítico que denuncia os erros, parece que a montanha pariu um rato. Senão, vejamos.

O primeiro exemplo do referido «domínio imperfeito» com que Oliveira e Costa me brinda concretiza-se no uso do advérbio de modo «curiosamente», quando me refiro a S. Jorge da Mina, como merecendo o estatuto de cidade. Devo dizer que mantenho como válido o emprego dessa mesma expressão, precisamente para fazer valer a ideia de um modelo de difusão concebido politicamente a partir da cidade. O facto de S. Jorge da Mina ser geralmente qualificada, pelos historiadores mais credenciados, como «Fortaleza» ou «Castelo», conduziu-me a pôr em destaque – através do recurso legítimo ao advérbio de modo – o seu carácter urbano, no interior de uma argumentação que Oliveira e Costa não discute⁶. Ora, em que é que o facto de já ter sido atribuído à Mina esse mesmo estatuto de cidade por D. João II me impediria de, ao comentar o regimento de D. João III, recorrer à utilização do referido advérbio de modo? Não haverá, aqui, na ausência de uma detecção de erros capazes de demonstrar «um domínio imperfeito do processo global de história da expansão» um recurso à suspeição gratuita?

A última acusação de Oliveira e Costa concretiza-se no facto de eu não citar um dos seus trabalhos de investigação, apresentado sob a forma de comunicação «em Paris, em 1994, num colóquio internacional promovido pelo CNRS». Devo esclarecer que não me deixo impressionar mais uma vez pelo carácter pomposo que reveste a alusão à Nova Atenas... Mas como sou leitor atento dos trabalhos de Oliveira e Costa, também lamento o facto de não ter tido acesso aos resultados das suas investigações. Chamo, no entanto, a atenção para o facto de me ter sido impossível citar no meu texto, preparado entre 1994 e 1997 e publicado em 1998, a sua comunicação publicada em 1999... Mas seria comodismo da minha parte se me ficasse por este esclarecimento da mais linear cronologia da publicação dos textos e não quisesse compreender o argumento que Oliveira e Costa defende. É que, à primeira vista, parece que encontro nas acusações do autor da recensão algo que tem a consistência de um argumento, isto é, não é passível de ser reduzido a uma mera agressividade resultante da necessidade insegura de fazer carreira, nem se reduz a elocubrações acerca da utilização de um advérbio de modo. Oliveira e Costa argumenta que eu insinuo «que as notícias da expansão portuguesa não influenciavam os textos produzidos no resto da Europa, dando como exemplo uma obra de 1572». Enquanto o

⁵ David LOPES, *Expansão da Língua portuguesa no Oriente*, ed. Luís de Matos (Porto, Portucalense Editora, 1969), p. 138.

⁶ A. Teixeira da MOTA, «Mina, castelo de S. Jorge», in *Dicionário de História de Portugal, sub voce*; Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor* (Lisboa, Difel, 1994), *sub voce* «Mina, Costa e Fortaleza».

autor da recensão pretende demonstrar que essa influência foi inequívoca, pois «o conhecimento empírico que temos da matéria permite-nos afirmar que a influência da expansão lusa na literatura europeia foi determinante para a evolução do conhecimento geográfico no Ocidente».

Note-se que, neste caso, a citação que o autor faz do meu texto corresponde ao início do capítulo em que trato das relações entre a Literatura e o Império. Por respeito para com o leitor, permito-me repetir aqui o que escrevi, o que só por si demonstra o desinteresse de Oliveira e Costa em compreender o sentido da minha argumentação: «Que efeitos teve a expansão dos portugueses na formação de uma literatura nacional? Se considerarmos a existência de um processo assinalado pelas crônicas de Gomes Eanes de Zurara, o teatro de Gil Vicente, as *Décadas da Ásia* de João de Barros e *Os Lusíadas* de Luís de Camões, será possível reconhecer o grande impacto que teve a expansão na formação de uma literatura nacional. Mas, poderá este impacto ser considerado uma especificidade portuguesa? Assim parece, se aceitarmos como válida a opinião de que, até século XVIII, a descoberta dos novos mundos pouca influência teve na literatura europeia⁷. Quando, em 1572, François de Belleforest descreve a Ásia na sua *Histoire Universelle du Monde*, baseia-se em textos antigos; os livros publicados pelos portugueses – os quais incluíam, no dizer do autor, muitas outras singularidades sobre aquelas terras longínquas – são referidos, mas não são por ele incorporados.»⁸

Existem, no trecho de minha autoria acabado de citar, duas ideias que poderão ser enunciadas como interrogações: de que modo o processo de formação da literatura portuguesa adquire a sua especificidade devido à expansão ou à dimensão imperial? De que forma essa especificidade portuguesa foi capaz de se impor em termos europeus? No caso de Belleforest, bem como nos balanços traçados por John Elliott e Anthony Grafton – aos quais poderia acrescentar muitas outras autoridades se pretendesse reproduzir o método de Oliveira e Costa – será possível descortinar resistências e diferentes sedimentações temporais, a começar pelo peso assumido pelos modelos da Antiguidade. Mais adiante, no mesmo capítulo, procuro também seguir, pela Europa fora, numa linha cara aos trabalhos de Luís de Matos e Banha de Andrade, «os circuitos do livro impresso e as estratégias editoriais» relativas às notícias da expansão portuguesa⁹. A história deste processo de transmissão e difusão cultural de Portugal na Europa, feita através dos seus diversos circuitos, géneros, suportes, autores, públicos, etc. é bem complexa. Receio não a poder retomar aqui, mas convido o leitor a ler esse mesmo capítulo. Oliveira e Costa não compreendeu as respostas que procurei dar às referidas duas questões ao longo de todo o capítulo. Preferiu a denúncia apressada. Trocou alhos por bugalhos e anunciou, sem conseguir demonstrar uma única vez, o meu «domínio imperfeito do processo global da história da expansão». Ora, nunca afirmei que os portugueses e os seus descobrimentos não tiveram importância, nem se disseminaram pela Europa.

E, no entanto, é a sua perspectiva que, mais uma vez, se afigura não só incapaz de aceder à construção de um argumento analítico, mas também extremamente luso-cêntrica, ao pretender reivindicar, como se se tratasse de um bloco, a influência dos portugueses

⁷ John ELLIOTT, *The Old World and the New, 1492-1650* (Cambridge, Cambridge University Press, 1970); Anthony GRAFTON, *New Worlds, Ancient Texts: The Power of Tradition and the Shock of Discovery* (Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1992).

⁸ François de BELLEFOREST, *L'Histoire Universelle du Monde* (Paris, Chez Geruiais Mallot, 1572), fls. 55-55v.

⁹ Prolonguei esta análise num outro estudo, intitulado «A visão europeia do Mundo em finais do século XV: continuidades, rupturas e resistências», in *Gravura e Conhecimento do Mundo*, ed. Joaquim Oliveira CAETANO (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1998), pp. 23-50.

na Europa. Aliás, suspeito que esta visão do passado é, em parte, a projecção de uma experiência pessoal. Refiro-me, concretamente, a essa viagem a Paris, empreendida no saudoso ano de 1994, quando Oliveira e Costa lá foi para apresentar a um «congresso internacional promovido pelo CNRS» as suas contagens: «576 edições quinhentistas com referências ao arquipélago do Sol Nascente». Imagine o leitor o prodígio! A impressão causada por uma tal contagem! A Europa não voltou a ser a mesma depois dessa revelação trazida pelo historiador português, «verdadeiro especialista» da história da expansão...

DIOGO RAMADA CURTO
Instituto Universitário Europeu, Florença

*Comentários às respostas de Francisco Bethencourt
e de Diogo Ramada Curto*

Quem ler a recensão que publiquei no número precedente dos *Anais* verá que as críticas aí formuladas se circunscreveram sempre à obra em apreço. Discordei de algumas das opções que a nortearam e apontei erros concretos; não pus em causa nem a honorabilidade nem a competência científica dos autores. Cingi-me a normas próprias do meio académico em que a diferença de opinião é um bem imprescindível. Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto reagiram ao meu texto, o que poderia proporcionar um debate vivo e civilizado. No entanto, ambos envolveram os seus textos numa série de ataques pessoais, procurando desvalorizar as minhas críticas, não por eventuais limitações científicas mas porque a recensão não passou de um «desforço», segundo Bethencourt, ou de um assomo de um «jovem» e «inseguro» «investigador em princípio de carreira», na opinião de Ramada Curto.

Em meu entender, os seus textos justificam alguns esclarecimentos e comentários.

Começemos pelas matérias do foro pessoal, impropriamente trazidas à colação. Bethencourt afirma que já havia um conflito entre nós, referindo um pequeno incidente que ocorreu, de facto, em Janeiro de 1999. Todavia, não o relata correctamente, pelo que explicarei brevemente o sucedido. Em 1993 fui convidado pela Directora do Centro Cultural Português de Paris para proferir aí uma conferência. Na ocasião, a Doutora Maria de Lourdes Belchior mostrou-se interessada em publicar uma obra da minha autoria e aceitou, mais tarde, a proposta para que o Centro editasse um volume de ensaios sobre a presença portuguesa no Japão. A 5 de Dezembro de 1994, escreveu-me, dizendo que «no que diz respeito à língua a ser utilizada na publicação tanto pode ser o francês como o português». Os textos foram entregues em Outubro de 1995. A 5 de Março de 1998 recebi uma carta do Centro informando-me de que o volume estava «pronto tipograficamente para a composição em Braga». Depois, a 25 de Janeiro de 1999, o novo director do Centro, Francisco Bethencourt, escreveu-me uma carta, cujo teor era o seguinte:

«Relativamente ao projecto de publicação do livro *O Cristianismo no Japão no século XVI, ensaios de história luso-nipónica*, lamento informá-lo que não se enquadra na nossa política editorial. Essa política é norteadada pelos seguintes princípios:

1. Publicação de inéditos.
2. Preferência de originais em francês.

Em relação ao seu caso, dada a qualidade indiscutível do livro em questão, sugiro que procure directamente o apoio do Instituto Português do Livro e do Instituto Camões.»